



JUDITH E SUA SOMBRA DE MENINO:

recepção de espetáculo teatral em escolas de ensino fundamental de Dourados/MS

JÚNIA CRISTINA PEREIRA

Professora Assistente do Curso de Artes Cênicas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutoranda em Artes Cênicas pela UFBA (ingresso em 2015), Mestre em Artes pela Escola de Belas Artes/UFMG (2009), graduada em Licenciatura em Artes Cênicas (2005) e em Bacharelado em Interpretação Teatral (2007) pela mesma instituição. Experiência como atriz desde 1997 (participação em cerca de 20 espetáculos). Dramaturga, com três textos encenados.

RESUMO

Este trabalho trata da recepção do espetáculo teatral para crianças “Judith e Sua Sombra de Menino” em escolas de ensino fundamental de Dourados/MS, no mês de março de 2017. A partir de projeto premiado pela FUNARTE/MINC, foram oferecidas apresentações gratuitas do espetáculo a algumas escolas, porém houve dificuldades na efetivação destas apresentações. Pretende-se refletir sobre tais dificuldades, percebendo limites, mas também possibilidades da abordagem de questões de gênero nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE:

Gênero na escola.

Teatro para crianças.

Recepção teatral.

ABSTRACT

This work deals with the reception of the theatrical spectacle for children “Judith and her shadow of a boy” in elementary schools in Dourados/MS, in March 2017. From a project awarded by FUNARTE/MINC, free presentations of the spectacle were offered to some schools, but there were difficulties in the effectiveness of these presentations. It is intended to reflect on such difficulties, perceiving limits, but also possibilities of approaching gender issues at schools.

KEYWORDS:

Gender at school.

Children’s theatre.

Theatrical reception.



APRESENTAÇÃO

O espetáculo teatral “Judith e sua sombra de menino”¹ foi construído a partir do livro “Histoire de Julie qui avait une ombre de garçon”, de Christian Bruel, publicado na França em 1976 e traduzido para o português como “A história de Júlia e sua sombra de menino” (BRUEL, 2010). A obra literária trata de Julie (Júlia), uma criança que de tanto escutar de seus pais que se comporta inadequadamente para uma menina, acorda um dia com uma sombra de menino.

A dramaturgia do espetáculo, dirigida ao público infanto-juvenil, pretendeu transpor a obra literária para a linguagem teatral, adaptando-a ao nosso contexto cultural e linguístico e às nossas referências espaço/temporais. O projeto de montagem premiado pela FUNARTE previa a realização de 04 (quatro) apresentações gratuitas para alunos de escolas públicas de Dourados. O presente trabalho trata da recepção da obra nas escolas para as quais foram oferecidas apresentações gratuitas do espetáculo e busca refletir sobre algumas dificuldades encontradas na articulação destas apresentações, dificuldades estas relacionadas a concepções de “ideologia de gênero” disseminadas no ambiente escolar. Sem adentrar na análise dos interesses sociais e políticos que motivaram – e ainda motivam – a propagação da dita “ideologia de gênero”, que chegou a influenciar sobremaneira o processo de eleições presidenciais em 2018, buscaremos compreender como esse ideário impactou na recepção do nosso trabalho nas escolas em 2017 e que tipo de aprendizado pudemos construir nesse processo.

GÊNERO E “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

O contexto em que surge o espetáculo teatral “Judith e Sua Sombra de Menino”, cujo processo de criação se inicia em 2015, é marcado, logo

1 Estreia em março de 2017 no Teatro Municipal de Dourados/MS. Direção de Gil Esper. Elenco: Arami Marschner, Júnia Pereira, Raique Moura, Sorrayla Parra e Zezinho Martins. Espetáculo premiado pela Fundação Nacional de Artes com o Prêmio FUNARTE Myriam Muniz 2015.



de início, por um intenso debate em torno da inclusão da palavra “gênero” no plano nacional de educação e nos planos estaduais e municipais, com vitória, na maior parte das vezes, pela não inclusão do termo. Entretanto, além da proibição, houve também uma cristalização do significado dessa palavra, que foi associada de forma inequívoca – e, portanto, autoritária – ao que ficou conhecido como “ideologia de gênero”. De acordo com Márcia Tiburi:

As falas autoritárias são como cacos colados à força para formar uma imagem mental sobre o mundo ao redor, um objeto, algo que se poderia tentar conhecer, mas que não é preciso conhecer, porque está de antemão, na ficção do autoritário, já conhecido. A operação propriamente dita do conhecimento que se entrega à novidade do objeto é, no entanto, desnecessária. Em outras palavras, podemos dizer que o sujeito autoritário “pergunta” e “responde” a si mesmo a partir de um ponto de vista previamente organizado no qual, a cada momento, o outro precisa ser descartado. Como se não existisse “outro” ponto de vista, outro desejo, outro modo de ver o mundo, outro que conhecer, ele procede mentalmente como o paranoico que detém todas as verdades antes de chegar a pesquisar o que as sustenta. (TIBURI, 2015, p.26)

Ora, o acontecimento artístico é o momento no qual a linguagem transcende seu uso cotidiano e renova-se, adquirindo uma multiplicidade de sentidos possíveis. Porém, por motivos que extrapolam o campo de atuação da arte, a palavra gênero tem-se tornado impossível de ser ressignificada no ambiente escolar, pois significados pré-concebidos que poderíamos identificar com o que Tiburi chama de “falas autoritárias” não deixam margem para diferentes leituras e interpretações.

Neste momento histórico já descrito (2014-2015), de intenso embate político, grupos sociais que se opunham à discussão sobre gênero no ambiente escolar foram responsáveis por disseminar textos sobre a chamada “ideologia de gênero”, os quais são muito mais acessíveis aos professores da educação básica do que a área de estudos de gênero à qual eles supostamente se referem. De acordo com nossa experiência de divulgação do espetáculo nas escolas de Dourados (MS) em 2017, foi possível perceber como a palavra “gênero”, mesmo dois anos após a batalha travada no poder legislativo em relação à aprovação dos planos de educação, ainda permanecia ligada ao que se popularizou como “ideologia de gênero”, de forma a interferir na recepção do espetáculo “Judith e Sua Sombra de Menino”.



Mas, afinal, se quando digo “gênero”, profissionais da escola entendem “ideologia de gênero”, o que estou – involuntariamente – comunicando? Vejamos o que encontramos na internet em alguns segundos, buscando pela expressão “ideologia de gênero”. Abaixo apresento os quatro primeiros resultados encontrados em pesquisa no site *Google*, em 24 de maio de 2017:

- Resultado 1:
Texto 1) Verbete “Ideologia de Gênero”, publicado na enciclopédia virtual “sofos.wikidot”²;
- Resultado 2:
Texto 2) “O que é “ideologia de gênero”? assinado pelo jornalista Jônatas Dias Lima e publicado no jornal Gazeta do Povo, em 13 de junho de 2015;
- Resultado 3:
Texto 3) “O que é “ideologia de gênero”?, publicado no site Sempre Família em 18 de abril de 2016 – na verdade, uma reprodução do texto anterior, já publicado no jornal Gazeta do Povo, em 13 de junho de 2015;
- Resultado 4:
Texto 4) “Ideologia de gênero e a desconstrução da família”, assinado pelo padre Rafael Solano e publicado em site vinculado à TC Canção Nova³.

Vejamos como estes três textos resumem o conteúdo da suposta “ideologia de gênero”:

Texto 1:

A Ideologia de Gênero defende a ideia segundo a qual não existe apenas a mulher e o homem, mas que existem também “outros gêneros”; e que qualquer pessoa pode escolher um desses “outros gêneros”, ou mesmo alguns desses “outros gêneros” em simultâneo.

Texto 2:

Teóricos da “ideologia de gênero” afirmam que ninguém nasce homem ou mulher, mas que cada indivíduo deve construir sua própria identidade, isto é, seu gênero, ao longo da vida. “Homem” e “mulher”, portanto, seriam apenas

2 Pesquisa obtida com a busca “Ideologia de Gênero”. Disponível em: <<http://sofos.wikidot.com/ideologia-de-genero>>. Acesso em: 24 maio 2017.

3 O texto “O que é ideologia de gênero?” foi assinado pelo Padre Rafael Solano. Com a retomada e finalização do trabalho em novembro de 2018 para publicação, verificamos que tal texto não está mais disponível nesse endereço, mas foi revisto e publicado pelo autor no mesmo portal com o título “Ideologia de gênero e a desconstrução da família”, continuando a aparecer como um dos primeiros resultados da pesquisa sobre “ideologia de gênero”. Disponível em <<http://formacao.cancaonova.com/atualidade/sociedade/o-que-e-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 24 jun. 2017.



papéis sociais flexíveis, que cada um representaria como e quando quisesse, independentemente do que a biologia determine como tendências masculinas e femininas.

Texto 3:

Nesse momento da agenda, seus defensores pretendem criar um sistema educativo e pedagógico dentro do qual um dos passos seja permitir que a pessoa não se sinta reconhecida na sua natureza. Sob essa perspectiva, ela mesma, com o passar do tempo, poderia descobrir qual é o seu estado natural e, assim, “decidir” se é homem ou mulher. Essa suposta decisão vem acompanhada de um aniquilamento da pessoa, substituindo-a por alguém sem identidade.

Deixando de lado as particularidades de cada um dos trechos selecionados, o que há em comum entre eles é a ideia de uma “biologia” ou “natureza” dos corpos, oposta de forma binária e maniqueísta à ideia de “escolha” e construção arbitrária do próprio gênero, o que seria, supostamente, a tese defendida pela “ideologia de gênero”. Vejamos o que nos diz Judith Butler sobre a liberdade individual de construção de si:

O corpo, na minha opinião, é onde encontramos uma variedade de perspectivas que podem ou não ser as nossas. O modo como sou apreendido, e como sou mantido, depende fundamentalmente das redes sociais e políticas em que esse corpo vive, de como sou considerado e tratado, de como essa consideração e esse tratamento possibilitam essa vida ou não tornam essa vida vivível. Assim, as normas de gênero mediante as quais compreendo a mim mesma e a minha capacidade de sobrevivência não são estipuladas unicamente por mim. Já estou nas mãos dos outros quando tento avaliar quem sou. (BUTLER, 2015, p.85)

Em acordo com Butler, consideramos equivocada a redução da discussão a uma simples oposição binária entre condição biológica e escolha individual. Tal redução parece desonesta quando verificamos que os textos resultantes da busca por “ideologia de gênero” no site *Google* se caracterizam como textos informativos e descritivos, ou supostamente imparciais.



Notamos também como esses textos se tornam acessíveis como fonte rápida de informação a um grande número de pessoas. Os textos são escritos em tom explicativo e esclarecedor, o que sugere a existência de um mal-entendido que estaria cercado a palavra gênero, o qual necessita ser “explicado”, e o será, de forma rápida e fácil, por meio da expressão “ideologia de gênero”, que oferece então a “chave de leitura” supostamente correta. Vejamos um trecho do texto 2:

No senso comum gênero é apenas um sinônimo mais polido para sexo, no sentido de diferenciação entre masculino e feminino, ou homem e mulher. Para uma corrente do feminismo, no entanto, o significado é bastante diferente. Para explicar melhor o assunto e tornar a questão mais conhecida, críticos deram o nome “ideologia de gênero” a esse conjunto de ideias.

O uso do termo “ideologia” já é problemático na medida em que nenhum teórico até hoje se autodenominou “ideólogo de gênero”, sendo uma alcunha atribuída por terceiros, ditos “críticos”. Vejamos como se deu esta atribuição no caso de nosso espetáculo, em postagem feita na página “Mães pelo Escola Sem Partido”, na rede social Facebook:



FIGURA 1 Print feito pela autora de postagem da página “Mães pelo Escola sem Partido” na rede social Facebook, em março de 2017.



Quando fomos surpreendidos por esta postagem, o que mais me intrigou foi: como o(a) autor(a) da postagem pode afirmar que a nossa peça tem conteúdo de “ideologia de gênero”, utilizando para isso apenas um pequeno trecho de matéria publicada em jornal sobre o espetáculo, na qual consta o nome do espetáculo e se diz que o mesmo “busca refletir sobre padrões de comportamento impostos a meninas e meninos”? As informações são absolutamente insuficientes para fundamentar o “flagrante” anunciado, o qual parece se fundamentar no que Márcia Tiburi chama de “med’ódio”:

Em seu estado enrijecido, o medo pode se tornar paranoia. A paranoia devém ódio. Podemos então falar em medo-ódio. “Med’ódio” seria uma palavra muito feia para uma coisa que nos faz muito mal: uma espécie de odiar intransitivo, quase que odiar por odiar. Como visão de mundo, a paranoia serve à negação do outro a quem o paranoico deseja destruir. (TIBURI, 2015,3 p.6)

Voltando à análise dos textos resultantes da pesquisa no site *Google*, vemos que no texto 1, a suposta “ideologia” é classificada como “crença”: “A Ideologia de Gênero, ou melhor dizendo, a Ideologia da Ausência de Sexo, é uma crença segundo a qual os dois sexos – masculino e feminino – são considerados construções culturais e sociais”. Promove-se, assim, por meio do uso da palavra crença, o apagamento da existência concreta de diferentes expressões de gênero e sexualidade e a construção de um imaginário que substitui um fato social concreto pela ideia de “crença” ou “ideal” de algum grupo organizado. Ora, a afirmação da diversidade de gênero e sexual não é uma polêmica meramente teórica entre diferentes crenças ou mesmo opiniões, mas sim a afirmação do direito à existência de corpos de pessoas reais.



FIGURA 2 Print feito pela autora de postagem constante do grupo “Compre e Venda Dourados MS”, na rede social *Facebook*. Março de 2017.



Além disso, se a “ideologia de gênero” é uma crença, no ambiente escolar passamos a ser identifica- dos(as) como profetas ou doutrinadores(as) dessa crença ou “verdade” a ser imposta, e não agentes de produção do conhecimento por meio de trocas culturais e do exercício do livre pensamento. Como expressei em outro ataque que recebemos na rede social *Facebook* (conforme figura acima).

O que se entende aqui por “ditadura de gênero”? E como um grupo de teatro poderia ser capaz de implantá-la com apenas quatro apresentações de um espetáculo de 50 minutos? A hipótese é absurda, porém verificamos que existe nas escolas um medo real de que essa suposta “ditadura” se concretize. Tal medo aparece no texto 3, na expressão “agenda de gênero”:

Hoje, quando precisamos nos referir à ideologia de gênero, é mais prático utilizar a expressão agenda de gênero – lembrando-se de que o termo “agenda” significa projeto, planejamento e sequência. [...] Nesse momento da agenda, seus defensores pretendem criar um sistema educativo e pedagógico dentro do qual um dos passos seja permitir que a pessoa não se sinta reconhecida na sua natureza.

A ideia de “projeto, planejamento e sequência” e de criação de todo “um sistema educativo e peda- gógico” remete à ideia de execução de um plano de ações institucional no âmbito macro da política pública. É assustador que profissionais da educação acreditem que tal plano seja possível, tendo em vista sua formação profissional e participação ativa na construção das políticas educacionais.

AS ARMADILHAS DO DISCURSO OU OS LIMITES DA ARGUMENTAÇÃO

Tendo detectado estas dificuldades no diálogo com as escolas acerca do espetáculo, nosso primeiro intuito foi o de tentar construir uma argumentação





em defesa do nosso trabalho, buscando desvendar o que considerávamos então como mal-entendidos na associação de nossa peça aos pressupostos da “ideologia de gênero”.

Entretanto, verificamos que ao construir um discurso de defesa, inevitavelmente partíamos dos pressupostos da famigerada “ideologia de gênero”, o que, de forma involuntária, nos colocava na posição de legitimar este discurso, na medida em que fazíamos dele nosso ponto de partida. Além disso, a posição de quem se defende de algo, ou se opõe a algo, é muito facilmente capturada pelas atitudes de afirmação e negação, pelo “sim” e pelo “não” em oposição binária, armadilhas de um discurso que, ao nomear, limita e circunscreve o significado das palavras – e, portanto, seu potencial poético e semântico. Em acordo com Butler:

A controvérsia sobre o significado de construção parece basear-se na polaridade filosófica convencional entre livre-arbítrio e determinismo. Em consequência, seria razoável suspeitar que algumas restrições linguísticas comuns ao pensamento tanto formam como limitam os termos do debate. Nos limites desses termos, “o corpo” aparece como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como o instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma. Em ambos os casos, o corpo é representado como um mero instrumento ou meio com o qual um conjunto de significados culturais é apenas externamente relacionado. (BUTLER, 2015, p.29-30)

Vejamos como essas armadilhas do discurso binário acerca do(s) corpo(s) foram percebidas por nós na prática, a partir de alguns exemplos:

a | Conversa com uma diretora de escola

Numa escola – vou chamá-la de Tebas – em que estive falando sobre o espetáculo para a diretora, essa me disse “gostar muito de teatro”, porém, apesar disso, tinha receio de abordar o assunto “gênero” com os alunos da escola.

A diretora da Escola Tebas fez várias perguntas sobre o espetáculo, principalmente sobre a fábula, o enredo. À custa de muito esforço, tentei responder a todas as perguntas,



porém, na tentativa de respondê-la, acabava caindo nas malhas de uma rede discursiva que me prendia e me tornava refém do interrogatório, pois em suas perguntas a diretora demandava definições que eu não podia dar, que diziam respeito à “mensagem” e ao significado do espetáculo. Tentei explicar que não havia uma mensagem única e que a obra estava aberta a diferentes interpretações, porém a diretora não confiou na inexistência de uma “moral da história” arquitetada por nós no sentido de orientar a experiência das crianças com seu gênero. Aparentemente, no ambiente escolar a expectativa dominante é a de que uma noção normativa seja sempre substituída por outra noção normativa, não havendo descanso para uma “vontade de verdade” insaciável.

De acordo com Ilan Brenman, em seu livro “A condenação de Emília – o politicamente correto na literatura infantil”, a literatura para crianças sofre severa e constante vigilância de seu conteúdo, que busca controlar os significados presentes nas narrativas, porém – e acreditamos que se aplica também ao teatro – o conteúdo da ficção é incontrolável: “A anarquia que a narrativa ficcional provoca estaria no âmbito da iconoclastia, quebrando uma noção segura e familiar do mundo e revelando várias camadas da realidade, antes embaçadas pelo automatismo da vida”. (BRENMAN, 2013, p.200)

b | Censura e tentativa de censura

Numa outra escola – vou chamá-la de Amargas – ficou combinada a participação dos alunos em duas apresentações, porém, antes que elas ocorressem, fui chamada para uma conversa na qual se colocava o problema de levar à cena a temática “gênero”. Após várias conversas com a diretora, a professora e a coordenadora pedagógica, consegui convencê-las que fossem assistir à peça antes de decidir pelo cancelamento das apresentações. Este encaminhamento me deixou feliz por um lado: ao menos iriam ver o espetáculo, mas por outro me deixou com a estranha sensação de, como nos relatos de artistas no período ditatorial, apresentar meu espetáculo para “a censura”.

Após terem assistido ao espetáculo, professora e coordenadora pedagógica mantiveram a ida dos alunos ao Teatro, porém já realizaram, sem nos consultar, dois atos de censura:



o primeiro foi selecionar para assistir ao espetáculo apenas estudantes maiores de 12 anos (quando o espetáculo tem classificação livre, sendo destinado especialmente a crianças); o segundo foi omitir, no bilhete aos pais, o nome do espetáculo. De acordo com relato da professora Y:

No bilhete que a X fez pra mandar pros alunos, ela não colocou o título da peça, já para os pais não interpretar errado, ela colocou que eles iriam assistir uma peça acompanhado da coordenação e *bábábábá*, né? Daí alguns pais já foram atrás, já viram que peça que é, e ligaram lá falando que diz que nós estávamos enganando eles, porque nós não colocamos o nome da peça, e que os filhos deles não iam assistir àquela peça e que eles iam ir lá na frente da escola hoje *pra* orientar os demais pais.⁴

Fica claro no relato da professora que as profissionais da escola não estavam à vontade com o título do espetáculo, pois temiam que ele fosse interpretado de forma “errada”. Haveria então uma maneira correta e única de interpretar uma obra de arte?

Este ato da escola, porém, acabou se voltando contra ela própria, pois mães e pais, informados pelos pressupostos da “ideologia de gênero”, viram nesta omissão um indício de um suposto artifício deste “plano maior” de implantação da “ideologia de gênero”, que estaria buscando impor aos adolescentes a “teoria da ausência de sexo”, e até mesmo uma experiência *trans* compulsória. Foi então que a escola nos demandou uma “adaptação” no espetáculo, o que foi uma tentativa mais nítida de censura. De acordo com o recado da professora Y:

Não sei se essa mãe vai realmente fazer isso que ela falou, mas a gente vai, e vamos ver o que vai dar, daí o que a X mandou mensagem pra mim, pra gente ir preparado, que ela estava um pouco assustada em relação a isso, e que ela falou assim que não viu nada demais na peça, que a única coisa que não é todo mundo que interpreta é a sombrinha colorida, e a música no final, ela falou que é a única coisa que algum pai pode questionar, mas ela falou que ia ver com você se você consegue fazer alguma adaptação no final...⁵

4 Transcrição de áudio da professora Y, enviado para a autora por meio do aplicativo *whatsapp*.

5 Transcrição de áudio da professora Y, enviado para a autora por meio do aplicativo *whatsapp*.



Nós nos recusamos a fazer qualquer “adaptação” no espetáculo, que foi executado, na íntegra e sob forte tensão, para duas turmas de 8º ano desta escola. Porém, a segunda sessão prevista foi cancelada, após a escola e o espetáculo terem sido denunciados na página “Mães pelo *Escola Sem Partido*”, na rede social *Facebook*, conforme já exposto neste artigo.



CONFUNDINDO PRA ESCLARECER – ASSUMINDO O ASPECTO QUEER DA ARTISTA NA ESCOLA

“Eu tô te explicando pra te confundir,
Eu tô te confundindo pra te esclarecer,
Tô iluminado pra poder cegar,
Tô ficando cego pra poder guiar.”
(Tom Zé)

O primeiro contato com as escolas foi, quase sempre, marcado por uma boa recepção. Importante destacar que eu sempre chegava à escola não como atriz ou artista, mas como professora universitária, era este o meu cartão de visita. As escolas públicas, em geral, são carentes de atividades extraclasse e a promessa de levar os alunos para fazer “algo diferente” e divertido, “sair da rotina”, era sempre muito bem recebida. É preciso reconhecer também que as profissionais com quem tive contato demonstraram ter as atividades culturais em alta conta. Uma fala comum entre quase todas as diretoras era “adoro teatro”.



À medida, porém, que iniciávamos as conversas sobre o espetáculo e os debates iam se aprofundando, percebia nitidamente a mudança de *status* que se operava, era como se o meu “cartão de visitas” com a inscrição “professora universitária” fosse substituído por outro onde estava inscrito: “lésbica”, “pervertida”, “perigosa”, “monstro”. De forma nem sempre sutil, perguntas sobre a minha sexualidade se insinuavam, e a forma de tratamento mudava consideravelmente, da acolhida afetuosa para um diálogo repleto de evasivas, olhares oblíquos e reticências... Instaurava-se entre mim e as profissionais da escola o largo campo do não dito. A partir daí, vieram as reuniões desmarcadas, as longas horas na sala de espera, o “volte outra hora”, o “aguarde meu contato”.

Nesta tensa e intensa relação com as escolas, da qual destaquei neste artigo apenas alguns momentos mais difíceis, me senti, de forma geral, incapaz de desfazer, no campo da discussão teórica em que se desenvolveram as batalhas junto às profissionais das escolas, a trama da dita “ideologia de gênero”. Como descrito por Márcia Tiburi, por mais que eu falasse, o diálogo não acontecia, pois as profissionais da escola já estavam certas de suas posições, e também da posição da “ideologia de gênero”, da qual eu seria porta voz:

O diálogo se torna impossível quando se perde a dimensão do outro. O fascista não consegue relacionar-se com outras dimensões que ultrapassem as verdades absolutas nas quais ele firmou seu modo de ser. Sua falta de abertura, fácil de reconhecer no dia a dia, corresponde a um ponto de vista fixo que lhe serve de certeza contra pessoas que não correspondem à sua visão de mundo preestabelecida. A outra pessoa é o que o fascista não pode reconhecer como outro. O outro é reduzido a uma função dentro do círculo no qual o fascista o enreda. Talvez como a aranha que vê na mosca apenas o alimento que lhe serve e que precisa ser capturado em uma teia. (TIBURI, 2015, p.23-24)

Fui de fato enredada no campo das relações com as profissionais das escolas, e quanto mais tentava desfazer esta trama, mais me transformava de “visita ilustre” a “*persona non grata*”, num processo que chamarei, com licença poética, de “devir-monstro” no ambiente escolar. Ora, ser *queer* não é sobre assumir o xingamento e o insulto em seu aspecto positivo? Nesse sentido, ao assumir a alcunha de “monstro”, passei a me perguntar: o que é mais querido pelas crianças do que o monstro? Brenman nos fala em seu livro das censuras que os contos de fadas recebem,



em tentativas de retirar deles o caráter monstruoso, assustador ou violento. Porém, de acordo com este contador de histórias: “As crianças não gostam das versões amenas, elas anseiam por aventura, terror, sangue, humor, escatologia, violência, amor, etc.” (BRENMAN, 2013, p.52). Assim, ao passar de “professora universitária” a “monstro” no ambiente escolar, posso ter me afastado de um diálogo racional com a equipe pedagógica, porém certamente me aproximei do público infantil. Isso significa, como diz a “ideologia de gênero”, que vou usar desta empatia para ensinar as crianças a se tornarem pessoas LGBT com meu espetáculo?

Um dos grandes equívocos disseminados pela “ideologia de gênero” é considerar que alunos, leitores e espectadores são uma “folha de papel em branco” na qual serão escritos os textos com os quais entrarão em contato. O processo de subjetivação é algo bem mais complexo, como também o é a relação com a obra de arte. É ainda Brenman quem nos oferece um exemplo bem concreto de como uma obra de arte pode ser apreciada pelas crianças, a partir do que, desde Aristóteles, chamamos de *catarse*. Podemos substituir, no período de Brenman, o conteúdo violento pelo jogo com o gênero e a sexualidade, e fica claro como não há uma relação lógica entre “assistir um espetáculo que trata de gênero e sexualidade” e “tornar-se gay”, tal como sugere a “ideologia de gênero”:

Quantas vezes vi crianças brincando com espadas, armas de brinquedo? Depois de muita luta, elas demonstravam tranquilidade, a serenidade típica de um adulto depois do futebol. Esse, por outro ângulo de visão, seria também um campo de batalha com inimigos, perigos, feitos heroicos, feridos de guerra. Ainda posso me imaginar na saída de um filme bem sanguinolento, no qual despejo todas as minhas loucuras, para, ao terminar a sessão, sair aliviado e regozijado. A boa e antiga *catarse* grega! (BRENMAN, 2013, p.191)

A *catarse* não é, porém, a única forma de se relacionar com a obra teatral. Para o dramaturgo e diretor alemão Bertolt Brecht, a atitude crítica é a mais produtiva frente a uma obra, o público sendo convidado a questionar as relações sociais que estão envolvidas na situação apresentada:

Visto que o público não é solicitado a lançar-se na fábula, como se fosse um rio, e a deixar-se levar à deriva, os acontecimentos isolados têm de ser interligados de tal forma que as funções sejam evidentes. Os acontecimentos não devem



seguir-se de maneira imperceptível, devemos, sim, ter a possibilidade de intervir neles com os nossos juízos críticos. (BRECHT, 2005, p.159)

Catarse ou análise crítica, são apenas duas possibilidades de pensar a recepção da obra de arte, as quais não constituem uma oposição binária, mas estão presentes, muitas vezes, na apreciação de uma mesma obra. De qualquer forma, a fruição artística não pode ser redutível a uma “doutrinação” ou a um “convencimento”, assim como o conteúdo da obra de arte não pode ser reduzido a uma “mensagem” ou “lição de moral”. O conteúdo da obra permanece, como sugere Sarrazac, como um enigma:

Escrever e, especialmente escrever para o teatro, é difundir um segredo através da letra de um texto, é fazer frutificar um enigma cujo autor esqueceu ou talvez jamais tenha conhecido a cifra. Escrever é esclarecer esse enigma, apresentá-lo sob sua face luminosa. Não para si, mas para o outro que vai ler o texto, que vai assistir à peça. E isso porque o autor está sempre no ponto cego da criação. É aquele ponto sobre o qual um provérbio oriental diz que ele está “sob a lâmpada”. Um texto dramático ou literário, pouco importa neste caso, não se constrói à força de intenções, mas quando libera, em si mesmo, as forças associativas e essa “atenção flutuante” da qual nos fala a psicanálise... (SARRAZAC, 2005, p.208)

Quiçá meu papel de artista nas escolas não seja mesmo esclarecer toda a confusão atual em torno de gênero e sexualidade, porém talvez tenha conseguido confundir um pouco mais. Nesse contexto em que os textos sobre “ideologia de gênero” buscam esclarecer e orientar, o meu papel de artista deve ser mesmo o de confundir, o de “devir-monstro” e o de apresentar um enigma, estando “cega sob a lâmpada”, exatamente como fico no palco, à luz dos refletores, na inspiração de Sarrazac e Tom Zé!





REFERÊNCIAS



- » BOZELLEC, A.; BRUEL, C. *Histoire de Julie qui avait une ombre de garçon*. 3ª Ed. Paris: Éditions Thierry Magnier, 2014.
- » BRECHT, Bertolt. *Estudos sobre teatro*. Tradução: Fiana Pais Brandão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- » BRENMAN, Ilan. *A condenação de Emília: o politicamente correto na literatura infantil*. Belo Horizonte, Editora Aletria, 2013.
- » BRUEL, Christian. *História de Júlia e Sua Sombra de Menino*. Tradução de Álvaro Faleiros. Ilustrações de Anne Bozellec. São Paulo: Editora Scipione, 2010.
- » BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- » BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- » LIMA, Jônatas Dias. *O que é "ideologia de gênero"?* Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-e-ideologia-de-genero-0zo80gzpwbxg0qrmwp03wpp1>> e <<http://www.semprefamilia.com.br/o-que-e-ideologia-de-genero>>. Acesso em: 24 maio 2017.
- » PEREIRA, Júnia Cristina. *Judith e Sua Sombra de Menino*. Dramaturgia de espetáculo teatral para crianças, adaptado da obra de Christian Briel. Dourados, 2016.
- » SARRAZAC, Jean Pierre. A oficina de escrita dramática. *Educação e Realidade*.v. 30, n. 2 (2005).
- » SOLANO, Padre Rafael. *Ideologia de gênero e a desconstrução da família*. Disponível em: <<https://formacao.cancaonova.com/atualidade/ideologiadegenero/ideologia-de-genero-e-a-desconstrucao-da-familia/>>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- » TIBURI, Márcia. *Como conversar com um fascista*. Rio de Janeiro: Record, 2015.